

IMAGENS DO PATRIMÔNIO E TURISMO: METAMORFOSES E “MERCADORIZAÇÃO” DO TERRITÓRIO CENTRAL DE TIRADENTES, MINAS GERAIS

Rodrigo Neves & Eder Jurandir Carneiro

Universidade Federal de São João del-Rei, Departamento de Ciências Sociais,
Políticas e Jurídicas, Campus Dom Bosco.
Praça Dom Helvécio, nº 74, bairro Fábricas, CEP: 36301-160 - São João del-Rei, MG -
Brasil. Telefones: (32) 8849-1564/(32) 91308943.
dynchoneves@yahoo.com.br, eder@ufsj.edu.br

Recebido 11 de junho de 2012, aceito 09 de agosto de 2012.

RESUMO – Este artigo tem como objetivo abordar o processo de transformação do território da área central da cidade de Tiradentes, Minas Gerais, que resultou na “mercadorização” do “patrimônio histórico e arquitetônico”. Examina-se como determinados atores (empresários, publicitários, secretários de turismo etc.) conseguiram, no curso de lutas simbólicas, impor representações do “centro histórico” relacionadas à preservação e uma reconstrução do passado que corresponde aos interesses dos capitais investidos nos negócios ligados ao turismo. Essas lutas teriam contribuído, concomitantemente, para a mudança da função dos imóveis da área central da cidade, que se tornaram casas comerciais, restaurantes e hotéis, assim como para a transmutação da própria paisagem urbana, convertida em mercadoria a ser consumida por turistas. Esses processos implicaram o deslocamento induzido dos antigos moradores desse espaço para bairros periféricos.

Palavras-chave – patrimônio histórico, território, turismo, mercadorização.

ABSTRACT – This article has as purpose to approach the transformation of the central area territory and the “commodification” of historical and architectural heritage of Tiradentes, Minas Gerais. The paper demonstrates how certain social actors (entrepreneurs, publicist, tourism secretaries etc.), in the course of symbolic struggles,

have succeeded representations of the “historic center” related to the preservation and reconstruction of a past that corresponds to the interests of capital invested linked to the businesses tourism. These struggles have contributed concurrently to change the function of buildings of the downtown area (which have become shops, restaurants and hotels) as well to the transmutation of urban landscape itself in commodity to be consumed by tourists. These processes involved the induced displacement of the former residents of these places to poor suburbs neighbors.

Keywords – historical heritage, territory, tourism, commodification.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende demonstrar como os “edifícios históricos” do centro da cidade de Tiradentes, Minas Gerais, passaram por um processo de “mercantilização”, mediante o desenvolvimento da atividade turística, e foram ganhando novas funções. As residências foram transformadas, em grande parte, em casas de comércio, hotéis e restaurantes e a área central da cidade tornou-se espaço de consumo para turistas.

Para compreender esse processo, retoma-se aqui, na primeira seção, a discussão sobre a construção e consolidação social e transformação da noção de patrimônio histórico no Brasil, que, ao longo de diferentes contextos históricos, influenciou a transformação simbólica e material da área central de Tiradentes.

Posteriormente, na segunda seção, salienta-se como, a partir dos anos 1960, ocorreu uma mudança na política patrimonial no país, influenciada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e pelas cartas patrimoniais internacionais que ressaltavam a importância da utilização social e da “recuperação” dos conjuntos urbanos “históricos”, aliada

ao desenvolvimento econômico e turístico de algumas cidades.

Na terceira seção, examina-se o surgimento, nos anos 1970 e 1980, de um sentimento preservacionista em meio a um grupo de intelectuais e artistas que se preocuparam com a “recuperação” do conjunto urbano “histórico” da cidade, que estava em ruínas e ameaçado de desaparecimento. Tal sentimento, aliado à emergência do discurso de desenvolvimento do turismo, desencadeou uma política de “restauração” das arquiteturas “históricas” e a transformação material e simbólica do centro de Tiradentes, contribuindo para que, aos poucos, aparecessem iniciativas de *empreendedorismo urbano e de marketing urbano*. Constitui-se, assim, nova fase na história do território, marcada pela segregação espacial, já que, a partir dos anos 1990, as residências da área central começaram a ser transformadas, em grande parte, em estabelecimentos comerciais vinculados aos negócios do turismo, fenômeno que se intensificou na segunda metade dessa década, quando os edifícios foram reformados e se tornaram “mercadorias” a serem consumidas por turistas. Trata-se de um processo de (re)construção do “centro histórico” como uma “autêntica” vila barroca mineira, um cenário-simulacro-mercadoria a ser consumido por turistas de alto poder aquisitivo.

Por fim, na quarta e última seção, apresentam-se as conclusões finais.

ARQUITETURA BARROCA COMO “PATRIMÔNIO HISTÓRICO” E CONSTRUÇÃO DA “IDENTIDADE NACIONAL”

Desde os anos 1920, uma vertente de intelectuais do movimento modernista tentou interligar o “desenvolvimento” e algumas “tradições” do Brasil. Segundo esses intelectuais, a “recuperação” de algumas “tradições” seria relevante para

a produção simbólica da identidade de uma nova nação brasileira. Essa identidade iria surgindo a partir da construção de uma memória coletiva e da apropriação do passado, que fariam com que determinados costumes e “tradições” fossem “lembrados” pela população do país. A partir de 1924, certa corrente do movimento modernista passa a considerar que o passado, o nacionalismo e a “brasilidade” devem fazer parte do processo de renovação artística, da construção simbólica que afirmava que o povo brasileiro e o Brasil só se tornariam modernos se fossem nacionais. Esses intelectuais passaram a conceber que a ruptura com o passado não fazia sentido para o nosso país, e sim para aqueles em que houve construção de uma tradição nacional internalizada¹. No Brasil, essa tradição estava ainda para ser produzida, ou seja, a construção artística da cultura brasileira deveria demonstrar, a partir da apropriação do passado, uma cumplicidade com a modernidade (Fonseca, 1997).

No que se refere à consolidação da noção de patrimônio histórico, pode-se dizer que, na (re)construção do passado realizada pelos modernistas, edificações barrocas de Minas Gerais representavam algo de autêntico da formação histórica do Brasil. Os modernistas acreditavam que a “civilização brasileira” teria se formado no século XVIII, através da mineração e ocupação de Minas Gerais. Essa representação esteve aliada, nos anos 1930, ao projeto centralizador do governo de Getúlio Vargas, que produziu uma política cultural associada à memória social e ao questionamento da intangibilidade da propriedade privada, vista como empecilho para a criação de uma lei nacional de patrimônio durante o regime

¹ O modernismo, movimento heterogêneo e, de início, exclusivamente artístico, continha várias orientações estéticas e ideológicas, tendendo a criticar o passadismo e a expressar a adesão ao futurismo, ao dadaísmo e ao surrealismo europeus.

político da Primeira República².

Os discursos dos modernistas relacionados a uma cultura “genuinamente” brasileira acabaram subsidiando uma política de preservação para o Brasil e fizeram com que o governo federal se preocupasse com a “questão patrimonial”. Nessa perspectiva, Vargas, no ano de 1936, deu autonomia para que Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde, fizesse algo em relação à organização e proteção do “patrimônio histórico e artístico nacional”, relacionando-os aos interesses do governo e à representação da “identidade nacional”. Entretanto, essas tarefas exigiam uma atuação abrangente, fazendo com que Capanema recorresse a Mário de Andrade³, pedindo-lhe para fazer um estudo sobre o assunto. Mário de Andrade cria um anteprojeto⁴ relacionado

² Para a visão que então se torna hegemônica, o “patrimônio” ganha valor coletivo e as propriedades particulares dotadas de arquiteturas consideradas como “históricas” e nacionais são representadas como bem público, com precedência sobre o privado. É nessa ótica que o passado arquitetônico barroco de Ouro Preto é alçado, por Getúlio Vargas, à categoria de monumento nacional, em 1933, através do decreto federal nº 22.928. No ano de 1934, é criado o Ministério da Educação e Saúde (MES), que divulgou e controlou a construção simbólica das tradições e da cultura do passado do Brasil. É dentro deste ministério que os modernistas serão decisivos para a consolidação do patrimônio histórico e nacional. Isto só foi possível porque Gustavo Capanema se tornou titular do MES. Capanema, sob autorização de Getúlio Vargas, convidou e escolheu alguns modernistas para serem responsáveis pela reformulação dos significados do “patrimônio histórico, arquitetônico e cultural”, integrando-o ao discurso da “identidade nacional” (Fonseca, 1997).

³ Então Diretor do Departamento de Cultura da prefeitura de São Paulo (Schneider, 2008).

⁴ O anteprojeto relacionado à questão do patrimônio foi apresentado em uma primeira versão por Mário de Andrade e reformulado, no Decreto-Lei nº 25, por Rodrigo Melo Franco de Andrade (Fonseca, 1997).

à “preservação” do “patrimônio histórico” e “artístico nacional”. O anteprojeto, que tinha como objetivo a criação de um órgão responsável pela questão, foi encaminhado por Getúlio Vargas ao poder legislativo e possibilitou que, no ano de 1936, o governo criasse, de forma experimental, o SPHAN⁵ (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) (Botelho, 2006).

Essa instituição preocupou-se com a preservação e a restauração dos edifícios e monumentos isolados, como, por exemplo, os casarios⁶, as igrejas, os museus etc., que, na construção simbólica em processo, se tornaram importantes para a representação da nação brasileira (Silva, 2010).

Dessa ótica, as cidades que, no ano de 1938, tiveram alguns edifícios e monumentos isolados tombados como patrimônio histórico e nacional foram, além de Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Serro, Tiradentes e São João del-Rei (Botelho, 2006).

Em Tiradentes, apesar do tombamento e da emergência da significação dessas cidades como memória nacional, os edifícios ficaram em estado de ruínas no período de 1938 até 1970 (Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Tiradentes, 2002), o que atesta os limites à penetração da ideologia

⁵ Instituição que mudou várias vezes de nome. De SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) passou para DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Em julho de 1970, passou de DPHAN para IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Em 1979 passou a se chamar SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Em 1990 passou a se chamar IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural). E, finalmente, em 1994, voltou a se chamar IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) (Souza, 2006).

⁶ No caso da cidade de Tiradentes, podemos citar, como exemplo, a Casa do Padre Toledo.

preservacionista preconizada pelo Estado nacional. Assim, Tiradentes ia, aos poucos, se transformando “em uma quase pré-ruína irrecuperável” (Frota, 1993, p. 111)⁷.

A despeito do estado de ruína em que encontrava grande parte dos edifícios, o SPHAN “restaurou” algumas edificações e monumentos, como a Casa do Padre Toledo, em 1944, e a igreja da Matriz de Santo Antônio⁸, em 1946 (ver **Figura 1**).

As restaurações não amenizaram o estado de ruínas em que se encontrava a maioria dos casarios de Tiradentes. Vários sobrados das ruas Direita, da Câmara, Resende Costa e no largo do Ó estavam arruinados e sendo demolidos (Santos Filho, 1989). Os moradores do centro da cidade desmanchavam suas

⁷ Nessa perspectiva, Olinto Rodrigues Santos Filho (1989) afirma que, nas décadas de 1930 e 1940, “a situação da cidade é dramática em seu abandono [...]. As propriedades não valem quase nada, as casas estão em ruínas, rebocos caídos, ruas abertas por matagais. Os belos sobrados ruem ou os proprietários provocam sua ruína para aproveitar o material” (Santos Filho, 1989, p. 8). E Lélia Coelho Frota (1993) salienta que os “monumentos de grande porte como a Igreja da Matriz Santo Antônio, a Casa do Padre Toledo, o Fórum, a Cadeia, construídos de taipa de pilão, eram infiltrados pela chuva e sua integridade se achava ameaçada. Escoramentos, pequenas consolidações consecutivas com telha ou massa, as únicas então possíveis, não bastavam para assegurar a estabilidade desses edifícios de grande porte, realçados e ligados organicamente entre si pelo casario” (Frota, 1993, p. 111).

² Um excerto do jornal Diário do Comércio, ao se referir à Casa do Padre Toledo, ressalta que “esse edifício, tão ligado ao movimento libertador do século 18, está sendo convenientemente restaurado sob a supervisão do dr. Edgard Jacinto da Silva, brilhante engenheiro do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e assistência técnica do sr. Rosino Bacarini [...]. Daí os aplausos que, ao ensejo desta nota, enviamos ao dr. Rodrigo M. F. Andrade, seu digno e operoso diretor” (Diário do Comércio, 22 de setembro de 1944, nº 1964. Matéria: “Está sendo restaurada a casa do Padre Toledo”; editorial).



Figura 1. Restauração da Matriz de Santo Antônio em 1946. (Fonte: Frota, 1993).

casas ou sobrados e delas retiravam materiais de construção. Eles migravam para São João del-Rei e aproveitavam esses materiais para erguer novos edifícios na cidade vizinha (Frota, 1993). Tais movimentos eram perpassados pela concepção de que a cidade de Tiradentes não estava se “desenvolvendo economicamente”. Esse discurso esteve relacionado ao conceito de “cidade morta”, de meados do século XX, que se contrapunha aos princípios preservacionistas da construção da nação preconizados pelos modernistas. Argumentava-se que as cidades coloniais, que, no passado, tiveram “importância econômica” e que, no período compreendido entre o final da década de 1930 e a década 1950, não acompanhavam a modernidade, eram cidades “atrasadas”,

isto é, que não se desenvolviam e “paravam no tempo”⁹.

ANOS 1970 E 1980: NOVA POLÍTICA PATRIMONIAL E O TERRITÓRIO CENTRAL DE TIRADENTES COMO OBJETO DE CONSERVAÇÃO.

A partir de 1968, pratica-se, no Brasil, nova política de desenvolvimento econômico que contribuiu para a intensificação das ameaças de desaparecimento e destruição de várias edificações consideradas “históricas”. Os grupos sociais

⁹ José Bellini dos Santos ao escrever no Diário do Comércio, ressalta que Tiradentes é uma cidade que está “morrendo lentamente. Não houvesse de longe em longe a passagem rápida de um veículo motorizado, rumo a outras cidades mais felizes, nada mais ouviria além de badalar compassado e soturno do sino da velha matriz, marcando lentamente e pausadamente as horas” (Diário do Comércio, 15 de outubro de 1940, nº 785. Matéria: “Tiradentes, cidade em agonia”; José Bellini dos Santos). Agostinho de Azevedo, nesse mesmo jornal, salienta que esta cidade mineira está morta, silenciosa, atrasada economicamente, e que somente a festa da Santíssima Trindade rompe com esse silêncio absoluto. Diz ele: “está aí a grande festa dos tiradentinos, com suas homenagens à Santíssima Trindade. É um dia de vida na cidade morta, com os romeiros ruidosos bulindo com a sua quietude anciã” (Diário do Comércio, 4 de junho de 1939, nº 373. Matéria: “a festa de Tiradentes”; Agostinho de Azevedo). De outra parte, *O Correio*, no ano de 1941, salienta o estado de abandono das edificações históricas, que representavam a civilização e a nação brasileiras. Diz o editorial de *O Correio*, que “*quem visita a velha São José del-Rei, hoje Tiradentes sentirá um misto de tristeza e de saudade, remontando aos áureos tempos em que tudo ali era fausto, desde as igrejas suntuosas às vivendas coloniais que se alinhavam ao longo de ruas de calçamento irregular, característico da época em que viveram os fundadores daquele outrora grande empório que hoje não passa de um montão de ruínas a exigir um auxílio, para não se esboroarem aos olhos dos contemporâneos, os últimos vestígios duma civilização que representa o marco em torno do qual gravitam o esforço dos nossos antepassados, pela liberdade, pela independência de nossa Pátria*” (*O Correio*, 20 de fevereiro de 1941, nº 183. Matéria: “Tiradentes”; editorial).

hegemônicos engajaram-se na produção de um novo significado de modernidade associado à ideia de que se deveriam construir edificações “modernas” e o país deveria se industrializar em ritmo acelerado. Isso favorecia a indiferença em relação aos edifícios que “representavam” algo do passado.

O SPHAN, sob direção de Renato Soeiro¹⁰, mais uma vez procurou amenizar “a dualidade entre tradição e modernidade”. Isso ocorreu através da articulação da questão patrimonial ao “desenvolvimento econômico” do país (Perez, 2009), a partir da inserção da política patrimonial brasileira nos paradigmas de conservação do patrimônio cultural adotados por órgãos internacionais, como a UNESCO (Silva, 2003), e nas cartas dos encontros internacionais sobre patrimônio. Dentre essas cartas, destaca-se a carta de Veneza¹¹, que produziu métodos de ação relacionados à preservação e recuperação dos edifícios e cidades “históricas” que estavam ameaçadas de desaparecimento e que constituiriam a memória da humanidade. O documento, diferentemente da carta de Atenas¹², ressaltou a relevância de se preservar os centros “históricos” das cidades e deu ênfase à conservação dos sítios urbanos e rurais que representavam o testemunho e a vida social de um povo. Para a carta, o imóvel “histórico” deve ser restaurado a partir de seu estudo histórico e arqueológico (Perez, 2009, p. 78) e os conjuntos urbanos históricos podem ser refuncionalizados e inseridos

¹⁰ Renato Soeiro era arquiteto e, a partir de 1968, substituiu Rodrigo Melo Franco de Andrade na direção dessa instituição.

¹¹ Carta elaborada no ano de 1964, no II Congresso Internacional dos Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos (Silva, 2003).

¹² Carta internacional, criada nos anos 1930, sobre a questão do patrimônio, que salientava que a conservação deveria está relacionada aos edifícios e monumentos históricos isolados e não ao conjunto urbano histórico como um todo (Costa, 2011).

nas “necessidades modernas”. No Brasil, a refuncionalização veio aliada a uma política que deu maior ênfase ao potencial de desenvolvimento turístico dos conjuntos urbanos “históricos”.

A partir dos anos 1970, essas diretrizes serão apropriadas, no Brasil, pela ditadura militar. A ideia de preservação do patrimônio arqueológico, natural e arquitetônico “histórico” passou a fazer parte de uma política relacionada a uma nova concepção de “identidade nacional” e ao desenvolvimento econômico turístico do país. Dessa ótica, a Constituição outorgada de 1967, em seu artigo 172, delegou ao poder público a responsabilidade de proteger as obras, os documentos, as paisagens naturais notáveis, jazidas arqueológicas e os locais de valor histórico, artístico e nacional. Em decorrência dessa medida, surgiram secretarias estaduais de cultura, que, sob a orientação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), começaram a atuar na preservação do patrimônio e da cultura e a instituir programas responsáveis pela cultura, teatro, turismo etc. Dentre esses programas, podemos citar o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), criado em 1973 (Schneider, 2008).

O PCH, primeiramente, no ano 1973, se preocupou em recuperar as cidades históricas do nordeste. Segundo a concepção do governo federal, essa região deveria se “desenvolver” turisticamente, através da restauração dos imóveis e conjuntos urbanos “históricos”¹³. No ano de 1976, o Programa Integrado de

¹³ As cidades selecionadas, inicialmente, como prioritárias para terem seus conjuntos urbanos e edifícios históricos “restaurados” e obras emergenciais foram: Salvador, Porto Seguro, Cachoeira (BA); São Cristovão, Laranjeiras (SE); Olinda, Igarassu, Itamaracá, Guararapes, Cabo de Santo Agostinho (PE); Marechal Deodoro, Penedo (AL); Aracati, Sobral, Aquiraz (CE); Oeiras, Piracuruca (PI); e São Luis (MA) (Silva, 2005).

Reconstrução das Cidades Históricas se expandiu para os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro e, em 1977, se estendeu a todo país (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1997). Entretanto, grande parte das cidades “históricas” do estado de Minas Gerais não receberam recursos do PCH e as primeiras ações de recuperação do conjunto “histórico” urbano como um todo e de estímulo ao desenvolvimento turístico apareceram como iniciativas de instituições civis.

Em Tiradentes, a recuperação do conjunto “histórico” urbano teve início nos anos 1970 e ocorreu através da iniciativa de um grupo de pessoas como Israel Pinheiro (governador de Minas Gerais no período de 1966 a 1971), Maria do Carmo de Mello Franco Nabuco (*socialite* do Rio de Janeiro) (Frota, 1993) e Yves Alves (ex-diretor da rede Globo Minas) (Campos, 2006).

No ano de 1968, Israel Pinheiro, à época governador de Minas Gerais, inaugura a BR-265 (**Figura 2**), que liga Tiradentes a outras cidades, como São João del-Rei e Barbacena (Frota, 1993).

Nessa inauguração, o governador de Minas se diz emocionado quando vê a beleza e a situação de ruínas em que se encontrava grande parte das edificações “históricas” da área central da cidade e afirma que irá lutar pela recuperação do centro “histórico” de Tiradentes. De volta a Belo Horizonte, ele telefona para sua amiga Maria do Carmo de Mello Franco Nabuco¹⁴, convida-a para vir a Belo Horizonte discursar sobre o arruinamento em que se encontrava o patrimônio

¹⁴ Maria do Carmo de Mello Franco Nabuco, ao visitar Tiradentes no ano de 1969, percebeu que naquela cidade “não havia um único estabelecimento aberto ao público onde se pudesse tomar um copo de água” (Frota, 1993, p. 114).



Figura 2. Inauguração da BR-265. (Fonte: Araújo, 2004).

arquitetônico e “histórico” da cidade e pede para que ela faça algo para “recuperar” Tiradentes (Frota, 1993). Com ajuda do seu primo Rodrigo Melo Franco de Andrade (Intelectual modernista e ex-diretor do SPHAN), a *socialite* carioca cria a Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade¹⁵.

A recuperação do conjunto urbano da área central de Tiradentes e a preocupação com os edifícios “históricos” se fortaleceram nos anos 1980, com a vinda de Yves Alves, ex-diretor da rede Globo Minas, para Tiradentes (Inventário de proteção do acervo cultural de Tiradentes, 2002). Ao se mudar para a cidade, Yves Alves, cria, no ano de 1982, a Sociedade dos Amigos de

¹⁵ Segundo Frota (1993), “ela obteve da iniciativa particular verbas para a recuperação de vários monumentos civis da cidade: o Fórum, a Casa do Padre Toledo, a Cadeia. Na Matriz de Santo Antônio conseguiu a restauração do órgão setecentista, desativado há décadas, e instalou nela pára-raios além de recuperar-lhe o coruchéu” [...] (Frota, 1993, p. 114).

Tiradentes (SAT), juntamente com membros das “elites” econômicas e políticas, como John Parsons, proprietário do Hotel Solar da Ponte, desde os anos 1970; Joaquim Falcão, atual diretor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, na cidade do Rio de Janeiro; e Ângelo Oswaldo, à época assessor do prefeito de Ouro Preto, Alberto Caram (Morici, 2006). Essas pessoas acabaram comprando casas para morar ou visitar Tiradentes e passaram a se preocupar com a conservação dos edifícios.

Nesse período, as ações do IPHAN passaram a se fundamentar na carta de Burra (Austrália), emanada, no ano de 1980, no encontro Internacional de Monumentos e Sítios. Essa carta trazia conceitos que diferenciavam preservação de conservação. A preservação estaria relacionada à manutenção de bem edificado isolado que representa simbolicamente um valor histórico e estético, como, por exemplo, as igrejas, museus etc. Ela ganha um caráter imobilista e de limitação da mudança. Já a ideia de conservação designará ações que podem ou não incorporar a preservação ou restauração, de vez que, além da manutenção do bem edificado, podem ocorrer obras mínimas, reconstruções ou adaptações nos imóveis, atendendo assim às necessidades e exigências práticas. (Castriota, 2004).

Parece que, nos anos 1980, a atuação da SAT se fundamentou nesse conceito de conservação, pois se preocupou não com a restauração dos imóveis, mas com obras mínimas e emergenciais que proporcionassem a conservação das edificações “históricas” que estavam sujeitas a desabamento, assim como do conjunto dos imóveis do centro.

Segundo o depoimento dado, em abril de 2012, por John Parsons, uns dos

fundadores e membro da Sociedade dos Amigos de Tiradentes (SAT), essa instituição não nada restaurava, mas fazia o mínimo de obras necessário para as casas do centro não caírem, pois, todos os anos, em época de chuvas, várias edificações residenciais “históricas” desabavam. Ele ressalta também que as obras eram feitas com dinheiro privado dos membros da SAT, que contribuía anualmente com uma quantia destinada à contratação de profissionais. Disse, ainda, que a SAT, além de conservar as residências “históricas”, tinha como objetivo assegurar a permanência dos moradores no núcleo central. No entanto, para John Parsons, grande parte dos moradores não “se importava” com a conservação e queria que sua casa caísse para erguer no lugar uma residência moderna.

Num primeiro momento, a SAT recuperou trinta casas (Campos, 2006) e, posteriormente, em convênio com a Fundação Roberto Marinho e com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, outras edificações, incluindo o Solar Ramalho, que hoje abriga a sede da SAT e também do IPHAN (Campos, 2006).

Nesse período, o patrimônio “histórico” começou a ser divulgado como atração turística e foram feitos estudos relacionados ao potencial que a cidade tinha para se desenvolver turisticamente. Dentre esses estudos, destaque-se o da Fundação João Pinheiro, que elaborou um plano de organização territorial, de desenvolvimento econômico e de conservação do “centro histórico” da cidade (Inventário de proteção do acervo cultural de Tiradentes, 2002).

Com as ações dos preservacionistas anteriormente citados, como Maria do Carmo Nabuco e os membros da SAT, apareceram novas iniciativas visando à

“revitalização” da cidade¹⁶. Apesar disso, existiam no centro de Tiradentes muitos imóveis históricos não muito conservados e que precisavam ser reformados (**figuras 3 e 4**)¹⁷. Grande parte dessas edificações tinha função residencial, pois o negócio do turismo ainda estava se iniciando na cidade e havia poucos



Figura 3. Imóvel localizado na Rua Jogo de Bola no ano 1982 (Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

¹⁶ Destacam-se “o Projeto Tiradentes, do ano de 1981, realizado através do convênio entre o SENAC e CINTERFOR/OIT, e as atuações da Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade, Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes e SAT-Sociedade dos Amigos de Tiradentes” (Inventário de proteção do acervo cultural de Tiradentes, 2002, p. 10). Outras transformações do território central provocadas por esse convênio foram a implantação da rede subterrânea de energia elétrica, “que adaptou a iluminação pública ao caráter do período colonial” (Frota, 1993, p. 114) e a reforma da praça do Largo das Forras, que esteve relacionada ao projeto paisagístico que, a pedido de Maria do Carmo Nabuco, foi gratuitamente realizado por Burle Marx (Frota, 1993).

¹⁷ Foram analisadas mais de 30 fotografias do ano de 1982 de imóveis da área central de Tiradentes. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, alguns deles precisavam ser restaurados (Inventário de Intervenção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1982).



Figura 4. Imóvel localizado na Rua Direita no ano 1982 (Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

estabelecimentos comerciais na área central.

Segundo depoimento informal de um professor tiradentino do ensino básico e criador, em 1982, do primeiro folheto sobre turismo da cidade, o número de estabelecimentos comerciais era baixo, existindo apenas aqueles presentes no folheto. Ao analisarmos esse *folder*, percebemos a divulgação, através de desenhos, do patrimônio edificado e “histórico” e que os estabelecimentos comerciais se reduziam a cinco pousadas e três restaurantes.

O número reduzido de estabelecimentos comerciais predominou até os anos de 1990. Em meados dessa década, surge um *marketing urbano*, criado por atores como empresários, publicitários e representantes do poder público que irão promover a conversão do espaço construído já socialmente consagrado como “patrimônio” em cenário-mercadoria para consumo de turistas solventes.

MARKETING URBANO E A “MERCADORIZAÇÃO” DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE TIRADENTES.

A partir de meados da década de 1990, intensifica-se o processo de mercadorização do centro “histórico” de Tiradentes. A grande maioria das edificações ganhou novas funções e passou a se constituir de estabelecimentos comerciais. Esse processo ocorreu através do *marketing* e empreendedorismo urbanos, produzidos pelo poder público, publicitários, empresários etc., que criaram a “marca” de Tiradentes associada a uma cidade de pertencimento histórico.

Para Fernanda Sánchez (2003), o *marketing* e o empreendedorismo urbanos surgem a partir de projetos de venda da cidade, aliados à construção de imagens, na escala global, de “paradigmas” associados à reestruturação do espaço urbano, em que determinados atores sociais produzem categorias de signos e de leitura do território. As categorias de significações e a leitura territorial resultam de lutas simbólicas e condicionam outros grupos sociais, como novos empresários, na definição de estratégias relacionadas à produção da cidade-mercadoria. A cidade-mercadoria está associada à “reestruturação produtiva” da economia capitalista, que faz com que os diferentes espaços urbanos, que crescem e surgem na cidade, sejam submetidos a diversos modos de apropriação e de controle privado.

Para Carlos Vainer (2000), tanto o *marketing urbano* quanto o empreendedorismo urbano são consequências de uma competição entre as cidades, que tentam impor e vender determinados espaços urbanos que se tornam valorizados e atraem capitais, espaços esses que podem ser turísticos, industriais,

comerciais, residenciais etc. Para o autor, essa competição ocorre na economia capitalista mundializada, envolvendo a transformação da linguagem associada ao planejamento e às estratégias de mudança territorial.

Essa competição é uma consequência da “desgovernamentalização do Estado”, conceito foucaultiano utilizado por Henri Acselrad (2004). Para esse autor, a “desgovernamentalização” ocorre quando, em razão da mundialização da reprodução do capital, o Estado nacional vê diminuída sua capacidade de ordenamento e controle dos usos de seu território. A fragilização das funções de governo e planejamento no âmbito nacional repassa à escala local a responsabilidade pela tomada de iniciativas que promovam condições de atração de capitais privados, recursos públicos e gastos de consumo. Nessa perspectiva, desenvolve-se uma disputa interterritorial e interlocal “pela oferta de possibilidades de consumo de lugar, pela atração de turistas e de projetos/eventos culturais”. (Acselrad, 2004, p.30-31).

Segundo David Harvey (1989), dentro desse “modelo” empreendedorista, pode-se destacar algumas estratégias, como, por exemplo, as vantagens, criadas pelos governos locais, que facilitam e atraem investimentos nacionais e internacionais (isenção de impostos, doação de terrenos etc.). O autor afirma que, na ótica do capitalismo contemporâneo, a parceria público-privada é algo empregado nos projetos de renovação e intervenção urbana, projetos esses que estão relacionados à especulação sobre os territórios de uma cidade, associada às estratégias políticas e ao desenvolvimento econômico de um determinado espaço urbano. Ele salienta que a intervenção e a renovação urbana são consequências do empreendedorismo governamental, ou seja, da intensificação

da atuação dos poderes públicos locais, em determinados territórios, orientados por objetivos empresariais de rentabilidade. Tal atuação está voltada para a competição entre as cidades.

Esse empreendedorismo governamental vai influenciar a forma com que os cidadãos passam a enxergar a paisagem urbana e, ao mesmo tempo, os condiciona a se apropriarem de territórios de acordo com os novos significados hegemônicos, voltados para o “desenvolvimento econômico”. Dessa forma, os interesses dos atores hegemônicos direcionam a produção simbólica e espacial dos territórios (Lima Junior, 1999).

No caso das cidades “históricas”, pode-se dizer que, na maioria das vezes, o “modelo” de cidade, o *marketing urbano* e a acumulação de capital surgem aliados à produção da “marca” e à venda dos conjuntos urbanos e edifícios que simbolicamente passam a ser socialmente concebidos como “históricos” e vão se tornando “mercadorias” a serem vendidas aos turistas. As cidades ditas “históricas” competem entre si, através da publicidade, isto é, dos meios de comunicação (jornais impressos, internet, *folders*, TV etc.) que divulgam imagens das arquiteturas “históricas” dessas cidades, em âmbito nacional e internacional, e atraem turistas de várias localidades, que passam a ver esses edifícios como parte da história do país. Nessa perspectiva, os turistas, com objetivo de conhecer de perto essa história, são induzidos a se deslocar para essas cidades e acabam “consumindo” o espaço urbano composto por edificações ditas “históricas” (Cifelli, 2005).

Tarcísio R. Botelho (2005) ressalta que esse *marketing* contribui para a intensificação dos processos de “revitalização” das áreas “históricas”, que

ganham novos significados e padrões estéticos e mercadológicos e que “nas últimas décadas, estes processos têm se caracterizado por incorporarem a cultura como um conteúdo diferenciador das várias experiências de revitalização” (Botelho, 2005, p. 53).

O *marketing urbano*, essa transformação alquímica dos territórios constituídos por edifícios “históricos” em espaços valorizados e voltados para o consumo turístico, se dissemina, principalmente, nos anos 1990. Dentre os vários espaços urbanos das cidades “históricas” brasileiras que passaram por esse processo, destaquem-se os centros “históricos” de Ouro Preto (Cifelli, 2005) e Diamantina (Costa, 2010), o Pelourinho em Salvador (Nobre, 2003) e o bairro Lapa na cidade do Rio de Janeiro (Martins & Oliveira, 2008).

No caso de Tiradentes, o *marketing urbano* e a transformação da área central e “histórica” em mercadoria voltada para o turismo têm início em meados da década de 1990. Esse *marketing* valeu-se da produção de “eventos”, tais como a Mostra de Cinema e o Festival Internacional de Gastronomia¹⁸, assim como da divulgação da cidade histórica” em jornais impressos, internet e TV, em âmbito nacional e internacional. Segundo depoimento do ex-secretário de Turismo Ralph Justino da prefeitura de Tiradentes, colhido em abril de 2012, o projeto de desenvolvimento turístico da cidade data de 1980; contudo, somente a partir de meados de 1990 se intensificam a divulgação da cidade pelos meios de comunicação e o processo de transformação da área central, com grande parte das residências se transmutando em estabelecimentos comerciais.

¹⁸ Eventos criados no ano de 1997 por Ralph Justino (Inventário de proteção do acervo cultural de Tiradentes, 2002).

Nesse sentido, surgiram *folders*, que circulavam em outras cidades e eram produzidos pela prefeitura e que divulgavam, através de imagens, o “patrimônio arquitetônico e histórico” da cidade, a Maria-Fumaça que liga Tiradentes à vizinha São João del-Rei, a Mostra de Cinema e o Festival Internacional de Gastronomia. O mesmo papel era cumprido pelo jornal *Tiradentes*, que foi criado em 1997 e tinha circulação mensal. Suas edições de junho e dezembro de 1997, de junho e agosto de 1998, de abril, julho e setembro de 1999 e de fevereiro de 2000 exibiam, todas elas, na capa do periódico, imagens e manchetes relacionadas às edificações “históricas” ou à Maria Fumaça, elementos que atrairiam turistas a Tiradentes, uma cidade “autêntica” e “histórica”, “dos séculos XVIII e XIX”¹⁹.

Essa divulgação feita pela mídia (jornais impressos, TV e internet) constitui parte do processo de construção simbólica da “marca” de Tiradentes como uma “cidade colonial”, que transmite ao turista a sensação de pertencimento histórico e que contribuiu para a transmutação da cidade “em um espaço atrativo e “chegável”, inserindo-a na lógica da competição internacional entre os lugares” (Costa & Castro, 2008, p. 24).

¹⁹ Em um excerto de uma das edições desse jornal, percebe-se como o “patrimônio” e a cidade, a partir de investimentos feitos pelo poder público local, passaram a ser divulgados, no final do ano de 1999, por grandes jornais e redes de televisão: “Tiradentes é hoje motivo de orgulho não só para os tiradentinos como para todos os brasileiros. Para que a cidade viesse sediar eventos importantes do calendário cultural do país como o Festival de Gastronomia e a Mostra de Cinema, muita coisa teve que ser feita [...]. A prefeitura, além de tentar resolver os problemas básicos como saúde, educação, transporte, estradas e outros desafios, tem investido na divulgação da cidade em grandes jornais como Folha de São Paulo, O Globo, Estado de Minas, o Tempo, e em redes de televisão como Bandeirantes e Globo” (Tiradentes, abril de 1999, nº 25. Matéria: “cidade fortalece vocação turística”; editorial).

A divulgação e o *marketing urbano* voltados para o turismo foram fazendo com que os imóveis do centro da cidade se tornassem valorizados e com que empresários, em grande parte forâneos, investissem nessa área com implantação de restaurantes, lojas e pousadas. Essa valorização fez com que, na virada do século XX para o XXI, se intensificasse a restauração, empreendida por esses empresários, das fachadas das edificações. E a população de origem tiradentina fosse, aos poucos, induzida a se deslocar para bairros periféricos, destituídos de equipamentos e serviços de infra-estrutura urbana, como os bairros Cuiabá, Recanto da Serra, Várzea de Baixo, Cascalho e Alto da Torre. Segundo depoimentos de ex-moradores²⁰ do centro “histórico”, que pediram para permanecer anônimos, a maioria da população tiradentina, inclusive eles, saíram do centro devido à pressão resultante da valorização dos imóveis, a problemas com herdeiros e à falta de recursos necessários para realizar as reformas das casas demandadas pelo IPHAN.

Olinto Rodrigues Santos Filho, pesquisador e membro do IPHAN, afirma que existe uma tensão de conflito entre empresários de empreendimentos ligados ao turismo e agentes da preservação do “patrimônio” arquitetônico. Para ele, quem abre um comércio na cidade tenta adaptar o imóvel “histórico” ao estabelecimento comercial, por meio de alterações como a transformação de janelas em portas. O certo, para a preservação, seria o contrário, ou seja, o estabelecimento comercial teria que se adaptar ao caráter “histórico do edifício. Nas palavras do entrevistado, o estabelecimento comercial “tem que se adaptar ao patrimônio construído. Não é o patrimônio que tem que se adaptar ao

²⁰ Foram gravadas, em abril de 2012, entrevistas com cinco ex-moradores do centro “histórico”.

comércio”²¹.

Em depoimentos coletados no ano de 2007, alguns empresários afirmam haver influenciado a conservação do centro “histórico” de Tiradentes, já que, ao abrir os estabelecimentos, tiveram que fazer reformas nos edifícios e preservar as fachadas (Neves, 2007).

A vinda desses empresários e a divulgação dos edifícios “históricos” foram fazendo com que o centro “histórico” se transformasse em um “cenário mercadológico” (ver **figuras 5, 6, 7 e 8**) voltado para o turista, excluindo grande parte da população tiradentina do usufruto desse espaço.



Figura 5. Rua Largo das Forras no ano 1982. (Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

²¹ Depoimento retirado de entrevista também gravada em abril de 2012.



Figura 6. Rua Largo das Forras no ano 2011(Fonte: Rodrigo Neves).



Figura 7. Rua Ministro Gabriel Passos no ano 1979(Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes).

Além do mais, os imóveis sofreram supervalorização²² e, nos anos 1990, o número de hotéis, que era baixo, se multiplicou²³. No final da década de 1990 e, principalmente, no início da de 2000, a área central da cidade passou a ter novas funções sócio-econômicas. Os imóveis residenciais desses territórios foram, em grande parte, transformados em estabelecimentos comerciais cujos proprietários são, em sua maioria, forâneos²⁴.

Essa transformação territorial do centro “histórico” de Tiradentes fez com que o “patrimônio histórico” se tornasse mercadoria rentável para o negócio do turismo e a área central passasse por um processo de gentrificação, no sentido dado ao termo por autores como Eduardo Nobre (2003) e Ulpiano Bezerra Meneses (2002)²⁵.

²² Assim, no ano de 2002, “é notável a especulação imobiliária em torno dos casarões antigos. “Há dez anos uma casa dessas, mal conservada, saía por R\$25.000 (vinte e cinco mil reais), agora custa no mínimo quatro vezes mais” (VEJA, 27/02/02, p.74, apud Oliveira, 2006, p. 36).

²³ Para Américo Pellegrini Filho (2000), “entre o final de 1990 e início de 2000, mais de 65 pousadas e hotéis procuram atrair o turista, em especial nos fins de semanas comuns e/ou fim de semanas prolongadas por feriados, além das épocas de férias” (Pellegrini Filho, 2000, p. 35).

²⁵ Isso pode ser visto a partir dos dados produzidos para uma pesquisa de monografia. Em uma amostragem de 128 imóveis da área central, percebe-se que, em 2007, 14% eram residências e 110, ou 86%, eram estabelecimentos comerciais. Dos 14% de residências, 56% eram utilizadas em “temporadas” e apenas 44% (ou seja, 8 casas) pertenciam aos poucos habitantes originários que ainda moravam no centro “histórico”. De outra parte, no início da década de 1990, desses 110 imóveis, 65% eram residências, 20% eram comércios, 10% terrenos baldios e 5% destinados a outros usos (clube e garagem). Esses dados são muito importantes para compreender como no centro “histórico” já predominavam os estabelecimentos comerciais (Neves, 2007).



Figura 8. Rua Ministro Gabriel Passos no ano 2007 (Fonte: ZOLINI, 2007).

O “enobrecimento” da área central de Tiradentes e a transformação de grande parte das residências em estabelecimentos comerciais fizeram com que o centro “histórico” se tornasse um não-lugar, um espaço mercadológico voltado para o consumo do turismo e que gera a perda da relação historicamente construída entre as populações que habitavam esse espaço e as edificações que ali existem (Carlos, 1999)²⁶.

²⁶ Para Ana Fani Carlos (1999), “o espaço produzido pelo turismo perde o sentido, é o presente sem espessura, quer dizer, sem história, sem identidade; neste sentido, é o espaço vazio. Ausência. Não lugares. Isso porque o lugar é, em sua essência, produção humana, visto que se reproduz na relação entre espaço e sociedade, o que significa criação, estabelecimento de uma identidade entre comunidade e lugar, identidade essa que se dá por meio de formas de apropriação para a vida”. (Carlos, 1999, p. 28).

Na opinião dos ex-moradores do centro “histórico” entrevistados²⁷ nessa pesquisa, a transformação desse espaço em mercadoria turística só foi benéfica pela geração de empregos, pois, anteriormente ao *boom* do turismo, grande parte da população tinha que migrar para outras cidades a procura de trabalho. Hoje, a cidade proporciona empregos nos estabelecimentos comerciais e pousadas, embora se trate, na grande maioria dos casos, de trabalho informal e/ou bastante precarizado, de baixa remuneração e que ocupa mão-de-obra não qualificada. No entanto, no que refere às atividades de lazer, o centro é reservado somente aos turistas, com a exclusão dos moradores de baixa renda, que agora habitam os novos bairros periféricos. Dessa forma, uma ex-moradora do centro “histórico”, ao comparar a Praça do Largo das Forras, localizada na área central, antes e depois dos anos 1990, diz que atualmente o local está voltado para o turismo, perdendo a característica de *locus* de práticas de sociabilidade da população nativa²⁸.

É nessa perspectiva que podemos dizer que o centro da cidade foi ganhando uma nova história e significação simbólica e passando por um processo de elitização e “mercadorização”. Foi se tornando um simulacro de lugar e cenário

²⁷ Todos os cinco ex-moradores entrevistados falaram que, nos anos 1970 e 1980, a população de origem tiradentina morava no centro e tinha afinidade afetiva com a vizinhança. Atualmente, o centro tem mais estabelecimentos comerciais, que estão voltados para atender, em grande parte, aos turistas.

²⁸ Diz ainda a entrevistada que as mercadorias comercializadas pelos estabelecimentos do Largo das Forras são caras. Ela ressalta que “a praça agora não é da gente mais. Porque você chega na praça só vê turista. Porque virou ponto turístico mesmo [...]. Quase ninguém fica na praça mais. Acabou a praça [...]. Antigamente havia muita amizade. Era um povo unido. Todo mundo unido. Todo mundo sentava conversava. Hoje acabou tudo”.

“cinematográfico” ou “*shopping* barroco” a céu-aberto, voltado para o consumo turístico, o que provocou o abandono das práticas de apropriação desse território por parte da população que vivia ou convivia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se, aqui, avançar na compreensão das metamorfoses, materiais e simbólicas, vividas pelo centro de Tiradentes ao longo do tempo histórico. Num primeiro momento, com a política nacionalista de Getúlio Vargas, o SPHAN tombou os edifícios ditos “históricos” da área central, atribuindo-lhes o caráter de símbolos e encarnações da identidade nacional e da história brasileira. Entretanto, apesar dessa produção simbólica, a maioria dessas edificações ficou em estado de ruínas até os anos 1980. Isto ocorreu pelos motivos de que não existia um escritório técnico do IPHAN na cidade, grande parte dos moradores não se apropriou da concepção oficializada de que as arquiteturas representavam valores nacionais e “históricos” e foram surgindo jornais que criticavam a “paralisia econômica” que vitimava as chamadas cidades coloniais.

Posteriormente, a vinda de alguns intelectuais, políticos e empresários para cidade fez com que, nos anos 1980, aparecessem projetos relacionados à recuperação dos edifícios “históricos”, o que desencadeou o surgimento da Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade e da Sociedade dos Amigos de Tiradentes, instituições que foram pioneiras na recuperação das edificações nesse período. Ainda nessa época, o IPHAN instala um escritório técnico na cidade, a Fundação Roberto Marinho também passa a ajudar no processo de recuperação do centro “histórico”, a Fundação João Pinheiro faz um plano de organização

espacial, de desenvolvimento turístico e de “conservação” dos edifícios. Surge, ainda na década de 1980, uma política voltada para o turismo, mas que só vai se intensificar em meados dos anos 1990, quando são criados a Mostra de Cinema e o Festival Internacional de Gastronomia e a cidade “histórica” é divulgada, por internet, jornais impressos, TV etc., em âmbito nacional e internacional. Isso fez com que centro “histórico” se valorizasse e com que empresários, principalmente forâneos, passassem a investir na constituição de estabelecimentos comerciais e de serviços voltados para o turismo nesse espaço. Assim, a maioria das pessoas de origem tiradentina foi induzida a se deslocar para bairros periféricos. A área central foi ganhando novas características, se transmutando em paisagem “mercadológica” voltada para turistas. A maioria da população local, de baixa renda, só frequenta essa paisagem a trabalho, deixando de se relacionar com ela como um “lugar identitário”.

Dessa ótica, a indústria do turismo foi transformando a área central, criando um lugar que se apresenta como “histórico”. Trata-se de uma reconfiguração material e simbólica do território urbano tiradentino que o transmutou em mercadoria rentável, atraindo significativos volumes de gastos de consumo, ao mesmo tempo em que, gerando forte especulação imobiliária, excluiu e deslocou as populações autóctones que habitavam e viviam no centro.

BIBLIOGRAFIA

- ACSELRAD, H. (2004). Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 1(107): 25-38.
- ARAÚJO, M. M. P. (2004). *As relações entre comunidade local e a área histórica de Tiradentes-MG: uma contribuição para a preservação do patrimônio cultural em*

- áreas urbanas*. 136 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BARREIRA, I. A. F. (2003). A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. *Sociologias*,5(9): 314-339.
- BOTELHO, T. R. (2006). Patrimônio Cultural e Gestão das Cidades: Uma Análise da Lei do ICMS Cultural de Minas Gerais. *Habitus*,4(1): 471-492.
- BOTELHO, T. R. (2005). Revitalização de Centros Urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. *Revista eure*,31(93): 53-71.
- CAMPOS, H. R. (2006). *Transformações Urbanas Recentes em Tiradentes-MG: Anos 80 e 90 do século XX*. 183 f. Dissertação (Mestrado em geografia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CARLOS, A. F. A. (1999). O turismo e a produção do não-lugar. In: CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A.; YÁZIGI, E. (orgs.) *Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura*. 2ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, p. 25-39.
- CASTRIOTA, L. B. (2004). *Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas*. In: Congresso Internacional de Patrimônio Cultural, 12., 2004, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte. Artigos, p. 9-31.
- CIFELLI, G. (2005). *Turismo, Patrimônio e Novas Territorialidades em Ouro Preto-MG*. 245 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- COSTA, E. B. da. (2011). *Totalidade Urbana e Totalidade-Mundo. As Cidades Coloniais Barrocas Face à Patrimonialização Global*. 445 f. Tese (Doutorado em geografia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- COSTA, E. B. da.; CASTRO, B.; (2008). O processo de “banalização pela cenarização” em núcleos urbanos tombados: o caso de Tiradentes – MG. *Geografias Artigos Científicos*, 4(1): 33-56.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, 4 de junho de 1939, nº 373. Matéria: “a festa de Tiradentes”; Agostinho de Azevedo.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, 15 de outubro de 1940, nº 785. Matéria: “Tiradentes, cidade em agonia”; José Bellini dos Santos.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, 22 de setembro de 1944, nº 1964. Matéria: “está sendo restaurada a casa do padre Toledo”; editorial.
- FONSECA, M. C. L. (1997). *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc – Iphan, 295 p.
- FROTA, L. C. (1993). *Tiradentes: retrato de uma cidade*. Rio de Janeiro: Campos Gerais; Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, 156 p.
- HARVEY, D. (1989). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 352 p.
- INVENTÁRIO DE INTERVENÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, IPHAN (1982). Tiradentes, MG
- INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DE TIRADENTES (2002). Tiradentes, MG.
- KESSEL, C. (1999). Estilo, Discurso, Poder: Arquitetura Neocolonial no Brasil. *História Social*, 1(6): 65-94.
- LIMA JUNIOR, P. N. (2003). *Uma estratégia chamada ‘planejamento estratégico’: deslocamentos espaciais e atribuições de sentido na teoria do planejamento urbano*. 270 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)-Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- MARTINS, G. R.; OLIVEIRA, M.P. (2008) *O que está acontecendo com a Lapa? Transformações recentes de um espaço urbano na área central do Rio de Janeiro - Brasil*. In: XII Encontro de Geógrafos da América Latina, 2008, Montevidéo, Anais... Montevidéo. Artigos, p. 1-15.
- MENESES, U. T. B. (2002). A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, E. (org.) *Turismo e paisagem*. 2ª edição. São Paulo: Editora Contexto, p. 29-65.
- MORICI, C. (2006). *Yves a tirania do bem*. São Paulo: Globo, 224 p.
- NEVES, R. (2007). *Turismo: A apropriação e transformação do espaço geográfico do centro histórico de Tiradentes*. 56 f. (Monografia de conclusão do curso de geografia)-IPTAN-Instituto de Ensino Superior “Presidente Tancredo de Almeida Neves”, São João del-Rei, MG.
- NOBRE, E. A. C. (2003). *Intervenções Urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana do Pelourinho*. In: X Encontro Nacional da Anpur, 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte. Artigos, p. 1-11.
- O CORREIO, 20 de fevereiro de 1941, nº 183. Matéria: “Tiradentes”; editorial.
- OLIVEIRA, A. F. B. de. (2008). O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. *Revista Cadernos do Ceom*, 21(29): 20-38.
- OLIVEIRA, P. G. de. (2006). *Pousada e Território Um Estudo de Caso da Cidade de Tiradentes-MG*. 137 f. Dissertação (Mestrado em hospitalidade). Universidade de Anhembí Morumbi, São Paulo.
- PELLEGRINI FILHO, A. (2000). *Turismo cultural em Tiradentes: estudo de metodologia aplicada*. São Paulo: Manole, 188 p.
- PEREZ, V. B. F. *Subsídios para o estudo da história da preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: os conflitos de uma trajetória*. 254 f. Dissertação (Mestrado em

Arquitetura)-Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

POMIAN, K. (1983). “Coleção”. In: ROMANO, R. (org.) *Enciclopédia Einaudi (vol. I – Memória/história)*. Lisboa: Casa da Moeda/ Imprensa Nacional, p. 59.

RODRIGUES, M. (2002). Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (Orgs.) *Turismo e Patrimônio Cultural*. 3ª edição. São Paulo: Editora Contexto, p. 15-24.

SÁNCHEZ, F. (2003). *A Reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó/ SC: Argos, 589 p.

SANT’ANNA, M. G. (1995). *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. 268 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SANTOS FILHO, O. R. dos. (1989). *Tiradentes, ontem e hoje*. Tiradentes: IPHAN.

SCHNEIDER, S. M. (2008). *Cultura é desenvolvimento: um panorama da atuação do BNDES em projetos de restauro 1997-2007*. 194 f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais)-CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

SILVA, F. F. da. (2003). *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 232 p.

SILVA, M. C. de S. (2005). *Turismo Cultural em Sítios Históricos Tombados*. 78 f. Monografia (Especialização em Turismo: cultura e lazer)-Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA G. T. B. da. (2010). *A materialização da nação através do patrimônio: o papel do SPHAN no regime estadonovista*. 138 f. Dissertação (Mestrado em história) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre.

- SOUZA, M. C. de. (2006). Uma visão da abrangência da gestão patrimonial. In: BASTOS, R. L.; GALLO, H.; MORI, V. H.; SOUZA, M C. de. (orgs.) *Patrimônio: atualizando o debate*. IPHAN, p. 139-154.
- TIRADENTES, junho de 1997, nº 3. Matéria: “Tiradentes é feita de arte”; editorial.
- TIRADENTES, dezembro de 1997, nº 9. Matéria “de volta ao passado”; editorial.
- TIRADENTES, junho de 1998, nº 15. Matéria: “Simples e bonita. Uma ótima opção para suas férias de julho”; editorial.
- TIRADENTES, agosto de 1998, nº 17. Matéria: “A majestade de velhos tempos”; editorial.
- TIRADENTES, abril de 1999, nº 25. Matéria: “cidade fortalece vocação turística”; editorial.
- TIRADENTES, julho de 1999, nº 28. Matéria: “A cidade dos mil encantos”; editorial.
- TIRADENTES, setembro de 1999, nº 30. Matéria: “Tiradentes, um aconchego sem fim”; editorial.
- TIRADENTES, fevereiro de 2000, nº 35. Matéria: “Tiradentes: um presente do passado”; editorial.
- VAINER, C. B. (2000). Pátria, Empresa e Mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos*. 3ª edição. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, p. 75-103.
- VIANNA, M. A. G. (2009). Algumas notas sobre o integralismo. *Achegas.net*, 42 (42): 44-66.
- ZOLINI, G. P. de P. (2007). A inflexão do conceito gentrificação em conjuntos urbanos patrimoniais em cidades de pequeno porte: os casos mineiros de São Thomé das Letras e Tiradentes. 181 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura)-Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte).